

Possibilidades e limites das TIC para a literacia cívica*

Patrícia Olinda Loureiro Dias da Silva**

Resumo

No presente artigo, através de um cruzamento analítico entre fontes teóricas e documentos oficiais, procura-se evidenciar a forma como uma participação política efectiva exige aos cidadãos um conjunto de competências de uma natureza variada, aqui referidas como constituintes de uma “literacia cívica”. A qualidade deste tipo de literacia prende-se, entre outros factores, com uma capacidade de interpretação crítica da informação política veiculada pelos diferentes meios de comunicação. Num contexto em que as novas tecnologias reacenderam debates antigos em torno do papel dos *media* na formação de correntes de opinião, realça-se a intensificação de problemas-chave como os relacionados com o acesso e a compreensão de quantidades avassaladoras de informação.

Conclui-se este texto enfatizando a importância vital da existência de uma cultura democrática para que as políticas de envolvimento dos cidadãos possam de facto contribuir para uma melhor democracia, rejeitando-se a adequação de soluções puramente tecnológicas.

Palavras-chave: e-democracia, participação, Internet, literacia cívica, *media*

Com a disseminação das tecnologias da informação e da comunicação (TIC), aliada à consequente discussão sobre as possíveis modificações que estas induziriam na relação entre os governantes e os governados, o tema do fomento da participação dos cidadãos voltou a ser objecto recorrente de entusiasmo político, mediático e académico. Neste

* Este ensaio parte de uma reflexão mais lata realizada no âmbito de uma tese de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, defendida no ISCTE em Fevereiro de 2007 – com orientação de Prof. Doutor José Luís Garcia e arguência do Prof. Doutor Tito Cardoso e Cunha – e intitulada “O envolvimento dos cidadãos e as tecnologias da informação: A perspectiva da OCDE”.

** Bolseira FCT – Doutoramento em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (pat.dias.silva@gmail.com)

contexto, as novas tecnologias são vistas como possíveis meios para cumprir a função prometida – mas não cumprida em toda a sua extensão – pelos meios de comunicação de massas: a de serem instrumentos do bom funcionamento democrático (nos termos utilizados por esta perspectiva). Em grande parte do discurso proponente do potencial democrático das TIC podem-se encontrar inclusivamente elementos do ideal de uma democracia directa, com o privilégio e a exaltação de um papel mais activo e pleno do cidadão.

Poder-se-ia considerar que existe assim um afastamento de visões de uma distribuição de papéis políticos estanque, que reservavam ao cidadão somente a eleição dos seus representantes – estes sim preparados para lidar com as questões da política. Nas democracias políticas ocidentais, isto ocorre apenas até um certo ponto, pois a maioria das medidas governamentais ligadas ao envolvimento dos cidadãos visa o reforço da democracia representativa, e não a sua substituição. Neste entendimento, a participação dos cidadãos, ainda que alargada, pretende-se complementar da acção parlamentar.

Mesmo discordando da visão fatalista de Garrett Hardin, penso ser importante manter em mente a sua afirmação de que “a classe dos ‘problemas sem solução técnica’ tem membros” (1968: 1243) e entre eles integrar o envolvimento dos cidadãos. Através de um cruzamento analítico entre fontes teóricas e documentos oficiais, no presente artigo centro-me em particular sobre as competências necessárias à participação activa dos cidadãos, nomeadamente as relacionadas com a compreensão e manuseamento de uma sobrecarga de informação. A preocupação com o agravar de antigas clivagens sociais encontra-se subjacente às palavras aqui escritas e é sem dúvida uma das questões fundamentais na elaboração de políticas públicas que visem envolver os cidadãos, em particular se as formas de participação promovidas depositarem um elevado grau de exigência sobre o cidadão.

Começo por definir o que se entende por literacia cívica, a qual detém uma relação muito próxima com os consumos de *media* e, como tal, com as capacidades de interpretação dos seus conteúdos. Porém, cada meio possui as suas características inerentes que afectam a codificação e conseqüente descodificação das mensagens, colocando exigências distintas sobre os leitores, ouvintes ou espectadores. Associo assim a literacia cívica à literacia dos *media*, realçando os aspectos referentes à especificidade do conteúdo político.

Após esta análise prévia, com contributos importantes para depois se discutir a literacia digital ligada à acção cívica, faço uma breve revisão de um conjunto de documentos políticos que estabelecem linhas de acção ou emitem recomendações relacionadas com o papel a desempenhar pelas TIC. Neste exercício privilegio o tema da “democracia electrónica”, abordando a sua conceptualização, além do modo como é operacionalizada e traduzida em iniciativas de envolvimento *online* dos cidadãos.

Passo então a dedicar-me aos dilemas que envolvem a “divisão digital”, ou seja, problemáticas ligadas ao acesso às novas tecnologias, incluindo também um debate em torno de competências e capacidades necessárias à sua utilização. Por fim, abordo o tema da relação entre quantidade e qualidade da informação, o que passa pela constatação das dificuldades em lidar com o volume actual de informação.

Literacia cívica e literacia dos *media*

A “literacia cívica” é entendida como “os conhecimentos e as capacidades de que os cidadãos dispõem para compreender o seu mundo político” (Millner, 2002: 1). Num estudo comparativo que pretende identificar os factores susceptíveis de reforçar a literacia cívica, Henry Millner afirma que o seu processo de aquisição exige esforço e empenho pessoal, entre outros requisitos externos ao cidadão enquanto indivíduo, e considera que a posse deste tipo de literacia é uma necessidade imperativa para que haja uma participação eficaz e efectiva dos cidadãos. O autor defende ainda que a promoção da literacia cívica tem efeitos cumulativos e geradores de benefícios que vão além de um aumento da participação política informada. Millner apelida este processo de retro-alimentação de “círculo virtuoso” e aponta a importância do potencial desta espiral positiva, alegando que a participação pode conduzir a menos desigualdades socioeconómicas, o que encoraja os cidadãos a manterem-se bem informados sobre as decisões governamentais. Por sua vez, aqueles que sofrem de um défice de literacia cívica menosprezam a sua intervenção, pois, regra geral, desvalorizam igualmente o impacto da mesma.

Pressupondo que a distribuição dos recursos intelectuais não é equitativa e que não existe, da mesma forma, equidade na obtenção desses “conhecimentos e capacidades”, debruçemo-nos um pouco mais sobre as formas como a literacia cívica pode ser potenciada, como fez Millner. Vários factores foram identificados como tendo influência sobre esta questão. É atribuído um papel significativo à estrutura das instituições democráticas e ao modo de financiamento das campanhas políticas. Países com regimes proporcionais, em que não existe apenas um partido vencedor e um vencido, e em que vários partidos têm possibilidade de passar a sua mensagem (por exemplo através de tempos de antena gratuitos), conseguem promover de modo mais eficaz e abrangente o debate político, especialmente no que se refere a camadas da população com menos recursos: “Quando os líderes políticos assumem os custos do envolvimento político – quando fornecem informação, subsidiam participação, provocam a ocorrência da provisão de recompensas sociais –, tornam possível que as pessoas com poucos recursos próprios participem” (Rosenstone e Hansen, citados em Millner, 2002: 41).

Em alguns países decidiu-se criar “cursos de cidadania” integrados nos currículos escolares com o objectivo principal de aumentar a literacia cívica. Todavia, de acordo com as descobertas de Millner, o seu impacto é relativamente reduzido: é incerto que a informação adquirida em tais cursos seja retida até à idade adulta de modo a afectar a literacia cívica. Por oposição, uma boa formação ao nível da literacia geral produz efeitos provavelmente mais duradouros em termos da criação de hábitos de literacia, como a leitura, os quais afectam, por seu turno, o nível de literacia cívica. No caso específico da educação para adultos, Millner destaca-a como sendo um campo óptimo para a promoção da literacia cívica, não apenas no que se refere a cursos de cidadania, mas também no sentido em que “seja qual for o conteúdo específico, a educação para adultos é educação cívica; isto é, trata-se de educação dirigida a cidadãos enquanto cidadãos” (2002: 117). A esta acrescenta-se a função dos círculos de estudo, grupos de discussão e a rede de associações ligadas aos mesmos, como promotores eficazes da literacia cívica.

Os diferentes hábitos de consumo de *media* são um factor decisivo de influência sobre os níveis de literacia cívica, distinguindo-se em particular pela negativa os países cuja principal base de informação política dos cidadãos é a televisão (o que é consensual com as visões críticas acerca do referido meio electrónico). As mudanças nesses hábitos possuem também consequências na própria forma como os diferentes meios são utilizados pelos políticos para passar a sua mensagem.

Em todo o lado, tanto em sistemas democráticos como não democráticos, os políticos estão cada vez mais conscientes da importância crescente dos *media* (especialmente a televisão) e têm procurado adaptar o seu uso aos variados objectivos políticos, nem que seja apenas para tirar partido da tendência dos cidadãos de ler menos jornais e de passar mais tempo de lazer em frente do televisor. (Gunther e Mughan, 2000: 403)

Fiorina (1999) argumenta que o modo como o conteúdo político é veiculado pelos *media* afecta a perspectiva dos cidadãos sobre a política. Assim, um dos motivos apontados para o facto de a política americana ser considerada pelos cidadãos como sendo menos bem sucedida do que teria sido no passado, apesar de objectivamente tal não ser verdade, consiste na cobertura negativa da política feita pelos “*media* crescentemente cínicos” (p. 405). Somam-se ainda as crises económicas concomitantes com as crises de confiança, bem como as demonstrações de incompetência e escândalos que envolvem o governo, geradores de desconfiança quanto ao seu mérito e credibilidade (*id.*, *ibid.*: 404-5).¹

Por outro lado, em particular com os *media* electrónicos, verifica-se uma “tecnicização” da argumentação política (Breton e Proulx, 1997 [1989]: 252), que origina máquinas de *marketing* altamente organizadas constituídas por vários tipos de profissionais (especialistas em imagem, redactores de discursos, gestores de crise, publicitários, entre outros).

Assim, a mensagem política é sujeita à influência da miríade de profissionais pelos quais passa (ainda dentro do partido e depois nos órgãos de comunicação). Cada um deles pertence a um grupo com costumes, finalidades e interesses diferentes, deixando uma marca distintiva sobre a mensagem, como num jogo de “telefone estragado”. Todo este processo dificulta muitíssimo a definição do “Quem?” no esquema clássico de análise da comunicação, mas talvez o maior problema seja ainda a indefinição dos “Porquês”, ou seja, dos objectivos por detrás de cada transformação sucessiva da mensagem, particularmente porque nem sempre é respeitada a deontologia na operação sobre a mesma. Já Oscar Gandy teme que a entrega da comunicação política a consultores tenha como consequência a “exclusão de pessoas do fluxo da informação porque parece ser pouco provável que votem”, o que significa que “as pessoas que mais precisam da informação são as que têm menos probabilidades de a receber” (2001: 156).

¹ Esta incompetência torna-se tanto mais visível quanto mais aberta for a instituição democrática, já que os cidadãos podem “ver a democracia em toda a sua desordem [...] Generalizando este argumento, quanto mais aberta se torna a política americana, menos os cidadãos podem manter a ficção de funcionários cheios de espírito público que trabalham cooperativamente para resolver os problemas sociais e neutralizar os conflitos sociais” (Fiorina, 1999: 409).

Podemos assim perceber a pertinência de propostas como a de Masterman (1993), que lista sete razões para a relevância do “ensino dos *media*”: o elevado índice de consumo dos *media* e a sua saturação na sociedade contemporânea; a importância ideológica dos *media* e a sua influência na consciencialização; o aumento da manipulação e fabrico da informação e a sua propagação pelos *media*; a crescente penetração dos *media* nos processos democráticos fundamentais; a crescente importância da comunicação e informação visuais em todas as áreas; a necessidade de educar os alunos para que enfrentem as exigências do futuro; e, por último, o incremento das pressões nacionais e internacionais para privatizar a informação.

Ainda que as TIC possuam características distintas em termos de interacção entre emissor e receptor (além da possibilidade da interpermutabilidade destes papéis), os motivos subjacentes a um investimento na educação para os *media* são igualmente pertinentes em relação às novas tecnologias. Farei agora uma breve revisão das políticas públicas ligadas à promoção da democracia electrónica, de forma a estabelecer um enquadramento político das funções democráticas que se preconiza as TIC poderem vir a desempenhar.

A democracia electrónica nas políticas públicas: principais linhas de acção

É inegável que termos como “governo electrónico” e “democracia electrónica” se tornaram expressões de constante utilização. Esta retórica transformou-se em políticas públicas cujos objectivos incluem a disponibilização de informação e serviços *online* e a implementação de ferramentas de consulta e participação dos cidadãos. Apesar de existir uma clara ênfase no primeiro aspecto, tem havido tentativas de desenvolver procedimentos e instrumentos políticos que visem maior participação dos cidadãos extra eleições regulares. Todo este conjunto de iniciativas governamentais pretende transmitir o empenho institucional na promoção do que se tem designado por Sociedade da Informação, em particular na sua relação com a cidadania.

Em termos concretos, e no caso português, os esforços políticos para o desenvolvimento da Sociedade da Informação foram inaugurados formalmente com o *Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal*, em 1997. Após o lançamento de planos de acção em 2000 (“Iniciativa Internet”) e em 2003 (“Plano de Acção para a Sociedade da Informação” e “Plano de Acção para o Governo Electrónico”), em Julho de 2005 foi dado início ao projecto “Ligar Portugal” como um dos vectores estratégicos do “Plano Tecnológico” do XVII Governo (liderado pelo primeiro-ministro José Sócrates), que se encontra articulado com a correspondente iniciativa europeia i2010, que irei descrever ao abordar as políticas comunitárias. Um dos objectivos enunciados no projecto “Ligar Portugal” passa pela promoção do que é caracterizado como uma cidadania moderna, em que as tecnologias da informação são apresentadas como instrumentos de acesso à informação, à educação, ao trabalho, bem como ao trabalho cooperativo e à discussão pública. Dentro das linhas de acção do programa, a primeira orientação estratégica visa “mobilizar a sociedade e estimular redes de colaboração” (Anexo A do programa Ligar Portugal, 2005: 1-2).

O documento de compromisso do “Plano Tecnológico”, apesar de o início da sua aplicação coincidir com a entrada em funções do XVII Governo, foi apresentado em Novembro de 2005. Sobre este assunto inclui uma medida designada por “Democracia electrónica” que visa estimular a participação democrática dos cidadãos através da utilização das TIC (difusão da informação, procura de informação e participação no processo de decisão), embora os próximos passos indicados se restrinjam a um estudo da exequibilidade do voto electrónico.

A nível europeu, a iniciativa eEurope foi lançada pela Comissão Europeia em Dezembro de 1999 com o objectivo de pôr a Europa “em linha”, encontrando-se hoje na sua terceira fase. Após o plano de acção “eEurope 2002” (Junho 2000), seguiu-se o “eEurope 2005” (Junho 2002). A 31 de Janeiro de 2005, Viviane Reding, responsável da Comissão Europeia pela Sociedade da Informação e Media, expôs a sua iniciativa i2010, que “pretende aproveitar esta onda oportuna de desenvolvimento tecnológico e económico” (Reding, 2005: 2). A 1 de Junho de 2005 foi proposto este novo quadro estratégico, através da comunicação “i2010 – Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego”, cuja pertinência é apresentada como estando ligada ao papel cada vez mais importante das TIC na economia, ao seu potencial transformador nas formas de trabalhar, viver e interagir, além de pretender constituir-se como um pilar da renovada Estratégia de Lisboa.

Alargando ainda mais a perspectiva, existe uma sintonia geral por parte dos trinta países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) no sentido de se considerar as tecnologias da informação como ferramentas poderosas nas quais vale a pena investir a fim de melhorar as relações entre governos e cidadãos, seja a nível da prestação de serviços, seja no que diz respeito ao envolvimento dos últimos nos processos democráticos, seja com ambos os fins. Este facto encontra-se explícito em *Citizens as Partners: Information, Consultation and Participation in Policy Making* (2001) e *Promise and Problems of E-Democracy. Challenges of Online Citizen Engagement* (2004), documentos da OCDE que apresentam alguns estudos de caso e uma lista de diversas acções governamentais neste campo. Contudo, até ao momento da publicação destes relatórios, a maioria das medidas implicava um grau menor de intervenção dos cidadãos, sendo que a fatia mais significativa referia-se à disponibilização de informação, com alguns casos de consulta pública e apenas muito raros de participação activa.

Perante os que são considerados “desafios da sociedade da informação emergente” (OCDE, 2001:19), é afirmado que os governos destes países têm empreendido esforços no sentido de promover a utilização das tecnologias da informação quer no funcionamento interior do aparelho político (ou seja, na Administração Pública), quer no conjunto da sociedade, apesar de haver diferenças nas configurações e no tipo de objectivos estratégicos perseguidos. No caso do envolvimento dos cidadãos, utiliza-se frequentemente o termo *e-engagement*, que significa o “uso das TIC no apoio da informação, consulta e participação” (OCDE, 2004: 20), as três formas que se considera que o envolvimento pode assumir e que são passíveis de serem intensificadas através da utilização das novas tecnologias. Como referido na introdução deste artigo, este envolvimento na

elaboração de políticas é visto como um reforço da democracia representativa, e não a substituição dos seus mecanismos políticos e institucionais, distanciando-se assim de visões de “directismo” extremo presentes em algumas utopias.

O Observatório da Sociedade da Informação e Conhecimento fornece a seguinte definição oficial de “democracia electrónica”:

Modelo de sistema político democrático onde as tecnologias da informação e da comunicação são utilizadas para desempenhar funções cruciais dos processos democráticos (informação, comunicação e interacção, articulação e agregação de interesses, processos de deliberação e votação). (OSIC, 2005:10-1)

A partir da noção apresentada, analisemos qual pode ser exactamente o contributo das TIC para o desempenho dessas funções. Um primeiro aspecto consiste na sua utilização como fonte de informação e construção de opinião. Desde cedo, esta função foi encarada como sendo aquela que encerra maior potencial e que é passível de ser produtora de um incremento substancial na qualidade da informação política veiculada e recebida. Tem-se a expectativa de que a consequência seria o crescimento da literacia cívica dos cidadãos, com a Internet a constituir uma alternativa válida à “informação-espectáculo” apresentada pelos “velhos” meios de comunicação de massas.

No âmbito das reflexões sobre a “democracia electrónica” – pelo menos na concepção do OSIC –, o papel das tecnologias da informação não se restringe ao estatuto de fonte de informação. A informação é vista como uma condição prévia para a participação no debate político e mesmo na tomada de decisões e construção de políticas públicas. Mas a Internet pode ser também encarada como potenciadora de um reequilíbrio da balança custo-benefício numa óptica de participação instrumental. Ao tornar o acesso à informação, bem como a mecanismos de participação, mais fácil (além de aparentemente esta última ganhar em eficácia), poder-se-iam ultrapassar os obstáculos da “ignorância racional” e aumentar os níveis de participação activa dos cidadãos.

O nível local é o mais referido como palco de algumas experiências de participação cívica com resultados positivos (Castells, 2002: 474). Algumas modalidades mais comuns enunciadas nos estudos sobre a utilização da Internet como ferramenta de participação incluem: o voto electrónico, o contacto directo através de correio electrónico com os políticos, petições digitais, sondagens e fóruns de discussão acerca de temas sociais e políticos, bem como sobre as próprias políticas a ser implementadas (o portal da União Europeia apresenta alguns exemplos), que constituem uma espécie de *think tanks* virtuais. Castells é um dos proponentes desta posição, ressaltando as possibilidades que as novas tecnologias têm para uma melhoria do controlo dos cidadãos sobre o Estado, através do “exercício do direito de acesso à informação armazenada em bases de dados públicas, da interacção *online* com os seus representantes políticos, do acompanhamento de sessões políticas ao vivo, eventualmente com comentários, também ao vivo, sobre tais sessões” (2003: 365).

Também um autor como Graham destaca o *e-mail* por “combinar os benefícios do telefone, carta e fax, sem muitas das desvantagens correspondentes” (1999: 66); estes

benefícios são sentidos não só por indivíduos, mas também por grupos. São igualmente enaltecidas as páginas *web* por serem mais impressionantes (com som e imagem – com ou sem movimento – para além do texto) e mais versáteis do que os panfletos e catálogos, além de serem interactivas, permitindo a resposta aos visitantes.

No documento da OCDE *Citizens as Partners* (2001), afirma-se que os esforços no sentido do envolvimento *online* não garantem que os grupos-alvo sejam atingidos, particularmente porque poderão não ter acesso às ferramentas electrónicas. Ainda assim, acredita-se que existem novas possibilidades para a interacção entre governo e cidadãos, nomeadamente se os últimos forem envolvidos no processo de desenho dos próprios mecanismos de consulta e participação. No documento de 2004, *Promise and Problems of E-Democracy*, não se deixa de constatar que um dos desafios específicos da consulta *online* consiste na “intrínseca auto-selecção dos participantes que já têm acesso às TIC – desta forma aumentando o risco de excesso de representação de um pequeno sector da população” (OCDE, 2004: 16). Tem-se assim em consideração que uma minoria activa pode adquirir um poder de influência muito superior à sua representatividade no conjunto dos cidadãos.

Sintetizando, apesar do reconhecimento do potencial das TIC enquanto instrumentos poderosos para o envolvimento dos cidadãos, e mesmo da sensação de alguma inevitabilidade do recurso às mesmas, nestes documentos encontra-se presente o entendimento de que as barreiras à participação existentes não são tecnológicas, mas sim culturais, organizacionais e constitucionais. É nesta medida que se considera ser essencial uma verdadeira articulação com formas tradicionais, *offline*, e uma adaptação à cultura, tradições e objectivos das diferentes entidades, de modo a atingir os melhores resultados possíveis no esforço de envolver os cidadãos.

A divisão digital e as suas consequências na representatividade da participação dos cidadãos

O debate em torno da chamada “divisão digital” incorpora os receios do domínio da discussão política por uma minoria com as competências necessárias à participação mais desenvolvidas. Teme-se que esta nova forma de clivagem conduza à exclusão de grupos já socialmente desfavorecidos dos benefícios que se percepção advirem da Sociedade da Informação. A aplicação das TIC ao processo democrático implica alguns perigos e exige um cuidado que visa “não tornar a democracia num conceito mais vulnerável” (OCDE, 2004: 60).

Os diferenciais no acesso têm sido o aspecto mais debatido, estudado e combatido por diversos estudiosos, visando-se o não reforço das disparidades previamente existentes em termos financeiros, de poder, de classe e de geografia. Bennett e Entman, na sua introdução a *Mediated Politics. Communication in the Future of Democracy*, corroboram a relevância deste problema ao sustentarem que este diz respeito a todo o processo de comunicação, e não apenas a meios específicos: “O acesso à comunicação é uma das medidas-chave do poder e igualdade nas democracias modernas” (2001: 2). Oscar Gandy Jr realça que “as pessoas podem ter os mesmos ‘direitos’, mas as circunstâncias

que enfrentam ao tentar exercer esses direitos significa que os direitos de que usufruem estão longe de ser equivalentes” (2001: 142).

Numa perspectiva mais holística, além da desigualdade no acesso, passou a considerar-se necessário ter também em conta a forma como a informação é procurada, os *media* utilizados, além dos contextos ambientais e culturais dos indivíduos. Adicionalmente, alarga-se o leque de elementos influentes, defendendo-se que os factores socioeconómicos, em particular a educação, o rendimento e mesmo a falta de competências tecnológicas, não são os únicos que precisam de ser considerados quando se analisa a divisão digital, enfatizando a importância de outros factores como os níveis de conhecimento, interesse, compreensão e aceitação das TIC.

Um exemplo disso é a atenção lançada sobre a questão da desigualdade na posse das competências essenciais para se informar através da Internet, ou seja, o que é entendido por literacia digital. Para além de uma preocupação com competências técnicas no domínio da informática ou da navegação na Internet, discute-se, por exemplo, o investimento e a incorporação nos programas educativos oficiais da educação para os *media*. Trata-se, todavia, de uma proposta já defendida em relação aos meios de comunicação de massas que precederam a disseminação das tecnologias da informação, como vimos acima em relação às intuições de Masterman (1993).

Mas, antes da aquisição de competências *online*, existem outras aprendizagens que precisam de ser feitas. Benjamin Barber refere entre estas aquisições “aprender a ler um ensaio individual; aprender a procurar os dados de que se precisa, numa biblioteca ou num laboratório, em vez de ganhar acesso fácil a correntes sem fim de dados dos quais não se tem qualquer necessidade” (2003: 4), uma vez que a posse dessas competências *offline* é condição primeira para fazer uso das *online*. E acrescenta:

Numa era fraca em síntese, integração e compreensão, a multiplicação de fontes provavelmente não irá criar uma geração suficientemente educada para tirar partido da cornucópia de riquezas informacionais prometidas pelo acesso universal. Visto que a democracia é a governança do conhecido, aprendido e partilhado em vez da informação armazenada e acedida, é pouco provável que prospere em qualquer das suas formas através de um regime de dados. (*id.*, *ibid.*).

A questão das competências é redobrada no que diz respeito à capacidade de se ser emissor. Se numa fase inicial de disseminação das tecnologias da informação, os utilizadores (maioritariamente do meio académico) eram também os produtores da informação, e numa seguinte “a esmagadora maioria dos utilizadores da rede é apenas consumidora, estando as funções de produção cada vez mais atribuídas a indivíduos e organizações especializados” (Peres Monteiro, 1999: 55), parecem estar a ocorrer algumas transformações.

Na primeira década do século XXI, um dos termos mais importantes para conceptualizar as TIC tornou-se “colaboração”, noção esta que faz parte de uma pretensa segunda fase da Internet em que teria ocorrido uma disseminação de ferramentas propensas ou propulsoras do trabalho em grupo e um deslocamento da produção de con-

teúdos para o grande público: a Web 2.0. Percorrendo as páginas *web* encontramos alguns exemplos ilustrativos do que é entendido por esta “era de colaboração” que atravessa a Internet, com uma concomitante defesa da produção democrática de conteúdos (o exemplo mais conhecido é provavelmente a Wikipédia). Ferramentas como os blogues vieram claramente tornar o papel de emissor mais fácil e têm um espaço importante no debate público, incluindo o político. Contudo, também estes apresentam questões ambíguas que serão tratadas um pouco mais adiante.

Quando se olha para o número crescente de “ligados” e se assume que o acesso, o *hardware* e o *software* tendem a ser cada vez mais baratos e fáceis de manusear, alega-se que a grande divisão irá fechar-se cada vez mais: a situação actual é apenas típica do início da adopção de uma tecnologia e, assinale-se, esta tem sido muito mais veloz do que em casos anteriores (Everard, 1997: 132). Todavia, a possibilidade de uma nova “democracia ateniense”, em que “as massas excluídas de ligação às redes e desprovidas de educação do mundo inteiro, e dos diferentes países, permaneceriam à margem da nova ordem democrática” (Castells, 2003: 430), é bastante preocupante e plausível. Se as competências necessárias para participar passarem por questões de acesso, culturais e de educação, que envolvam um nível de capacidade financeira não partilhado por todos para a sua aquisição, corremos o risco de ver surgir uma democracia participativa censitária. O que isto significa é que até ao momento, e ao contrário do que os seus profetas mais entusiastas anunciavam, na Internet mantém-se a mesma situação de desigualdade na capacidade de se fazer ouvir. Splichal considera que esta condição é muito prejudicial para a democracia e em larga medida negligenciada face a outras formas de discriminação, pois “a visão segundo a qual o número de votos que os cidadãos têm deve depender do seu rendimento tributável, ou de qualquer outra desigualdade, seria obviamente considerada antidemocrática porque os cidadãos seriam desiguais em termos de votos. Contudo, não se pensa assim em relação à disponibilidade desigual de influência numa fase anterior ao processo de voto” (Splichal, 1999: 302).

Outro desafio – muitas vezes ignorado mas cuja importância é decisiva – consiste na forma como o governo pode ouvir e lidar com a contribuição dos cidadãos, isto no contexto de um grande número de participantes. Trata-se de um problema não só logístico e técnico, respeitante ao número de recursos humanos e tecnológicos. Para além da necessidade de desenvolvimento de competências para a cidadania activa dos cidadãos e da literacia digital destes, um aumento de ferramentas e mecanismos de participação implica que os responsáveis do governo ou funcionários designados para essa função sejam dotados de capacidade de manuseamento das tecnologias, bem como preparados para uma mudança de mentalidade no sentido do bom acolhimento de contributos mais regulares dos cidadãos.

Podem ainda ser apontadas as questões relacionadas com o crescimento do carácter comercial da Internet, dado que as actividades ligadas ao comércio electrónico são cada vez mais o principal pólo de atracção, “cuja enorme importância pode, no entanto, acabar por transformar a Internet num mundo asséptico, onde os consumidores (quer adultos quer crianças) podem entrar como num grande centro comercial, sem nunca correrem o risco de se distraírem das suas actividades consumistas” (Rodotà, 1999:

134). Por outras palavras, “que lugar podemos encontrar para o empenho político no ambiente recreativo da Net, onde podemos tão facilmente desligar-nos ou passar para algo mais divertido se nos sentirmos aborrecidos?” (Dahlgren, 2001: 52).

Constata-se que as forças do mercado estão a colonizar o ciberespaço – uma transição política e económica a que Schiller (2001) chama de “capitalismo digital” – e a deitar por terra “os temas da década de 1980 que celebravam a chegada da liberdade cibernética e da democracia electrónica” (Sussman, 1997: 283). A consequência seria por isso um privilégio do entretenimento e do lucro, causando pesados danos no potencial educativo e comunitário da Internet. Teme-se assim que as actividades comerciais desviem a atenção e ocupem o tempo do cidadão em detrimento da procura de informação que lhe permita o dito incremento da literacia cívica e, por conseguinte, a participação activa numa ampla discussão política. Uma eventual perda do carácter público da Internet na direcção da sua crescente privatização poderá ter consequências para a afirmação de uma cidadania electrónica: “uma Internet comercial cria laços económicos; uma Internet cívica pode criar laços cívicos globais – se lhe for dada hipótese” (Barber, 2003: 46).

O papel da mediação e os dilemas informacionais

Apesar da importância primordial do acesso, este não é visto como condição suficiente para uma utilização efectiva das TIC. A complexidade dos processos de busca de informação leva a que devam ser pensados princípios de desenho a montante que contemplem a perspectiva do utilizador final – o cidadão – e as suas capacidades comunicacionais.

A informação quer-se acessível e compreensível à audiência visada num determinado processo comunicacional, como é recomendado pela OCDE (2004:43). Como tal, considera-se que a informação disponibilizada pelos governos deve possuir uma lista de características indicadoras destes objectivos. Os principais atributos relacionam-se com a facilidade de localização e gestão em termos de quantidade e complexidade, mas também com preços que não constituam uma barreira ao acesso geral, com a clareza e a cautela em relação a cidadãos com necessidades especiais. São demonstrados esforços no sentido da usabilidade por estes cidadãos através de leis que exigem determinadas configurações da informação electrónica de responsabilidade governamental. Para atingir os melhores níveis de acessibilidade passaram a ser utilizados motores de pesquisa para facilitar a busca, e a informação começou a ser integrada em portais governamentais. Neste último caso, procurou-se ainda ir um pouco mais longe: em vez de replicar a estrutura dos serviços públicos (como foi feito na visão inicial da disponibilização da informação *online*), a informação foi estruturada em *life events*, numa tentativa de maior proximidade com as necessidades reais dos cidadãos (a navegação é realizada seguindo os passos para a resolução de uma situação específica, por exemplo, comprar uma casa).

Subjacente a estes argumentos encontra-se o seguinte pressuposto: na informação, quantidade não significa qualidade. Sendo assim, apesar de a aposta na disponibilização crescente de informação ser comum à maioria dos países, afirma-se existir uma grande

discrepância em termos da qualidade que tem sido alcançada no que se refere a acessibilidade, relevância e utilidade para os cidadãos.

Perante o problema do excesso de informação, em *Promise and Problems of E-Democracy*, menciona-se a importância crescente dos “mediadores de informação” para facilitar a sua assimilação. Trata-se de algo paradoxal, uma vez que uma das grandes promessas das tecnologias da informação consistia na desintermediação, particularmente nos processos de consulta e participação, em que a interactividade é identificada com sincronia e ausência de mediação.

É particularmente evidente que para alguns estudiosos (em particular os mais entusiastas) uma das inovações trazidas pela Internet que mais poderia contribuir para a melhoria da qualidade da informação era de facto a possibilidade de eliminar quase na totalidade o “desvio mediático” (Breton e Proulx, 1997 [1989]) que transforma a mensagem política, ao fazer desaparecer os intermediários entre as fontes primeiras de informação e os receptores finais, os cidadãos. Como afirma Breton na sua reflexão sobre “o culto da Internet”, segundo este ponto de vista, os mediadores são um “freio à circulação da informação e à transparência do novo mundo” (2000: 63) nos mais diversos sectores, sendo dois deles as informações mediática e política. Terminaria assim o monopólio dos *media* tradicionais, pois os agentes políticos recuperariam o acesso a mecanismos próprios de veiculação das suas mensagens aos cidadãos. Este contacto directo é estendido a especialistas e comentadores que encontram na Internet uma forma de emitir as suas opiniões sem necessitar dos meios de comunicação de massas.

A disseminação das TIC trouxe a esperança de uma resolução para este problema de concentração do domínio da comunicação política, que se tem intensificado através de fusões e aquisições e onde o primado do interesse comercial vigora (Garcia, 2008). Por conseguinte, o cidadão passaria a ter acesso a múltiplas fontes de informação.² Aquele que procura – entenda-se o cidadão ávido por se informar – passa a ser o “centro de gravidade” informativa que, com o recurso às TIC, numa busca de níveis de profundidade de informação conforme o seu objectivo, constrói o seu conhecimento e a sua perspectiva a partir de uma espécie de colagem e montagem da informação oriunda desses múltiplos emissores.

Existem proponentes de um ainda maior pluralismo ao sustentarem a mencionada superior diversificação de emissores. Esta diz respeito à possibilidade de a Internet ampliar a capacidade de transmissão de informação não apenas a actores que já utilizavam os *media* tradicionais, mas também a toda a população, uma vez que os custos de difusão e transmissão são muito inferiores neste novo meio, por oposição à televisão ou à rádio, o mesmo se passando com os custos de produção dos conteúdos. Os blogues são hoje vistos como potenciadores de um crescimento mais intenso dessa capacidade, dada a relativa facilidade de criação e alimentação dos mesmos, pelo menos em comparação com páginas *web*, cuja criação e manutenção exigem conhecimentos técnicos específicos.

² Parece ser clara a existência de uma obsessão por cada vez mais informação. Podemos encontrar uma pista para o seu motivo nas reflexões de Tito Cardoso e Cunha: “comunicar em democracia parece ser, hoje em dia, algo de cada vez mais ruidoso. O silêncio guarda ainda, no nosso imaginário, a conotação de repressão imposta sobre a voz e a sua expressão livre” (Cunha, 2002: 143).

A este respeito deve ter-se em conta que os blogues fazem agora parte do processo de comercialização da Internet com a entrada da publicidade ou promoção pagas na blogosfera. A jornalista Kathleen Gomes (jornal *Público*) lança a seguinte pergunta num artigo: “Estaremos a entrar numa segunda vida da blogosfera em que os *bloggers* vão ter que acrescentar a tudo o que escrevem: ‘e ninguém me pagou para dizer isto?’” (Gomes, 2006: 46). Em “Blogar por um punhado de dólares (ou talvez mais)” são apresentados três modelos diferentes deste negócio. O primeiro pouco se distingue da publicidade clássica, uma vez que se trata da colocação de anúncios em blogues, à semelhança do que já existia nos sítios *web* e nos *media* tradicionais.

Já os outros dois modelos contêm algo de inovador, pois consistem no pagamento aos autores dos blogues para que escrevam sobre determinado assunto, produto ou empresa. O que os diferencia é o facto de, num caso, se pagar aos *bloggers* para que haja uma apreciação positiva dos produtos ou serviços da empresa remuneradora e, no outro, apenas interessar que se escreva, não sendo necessário que seja um elogio (um pouco na linha da ideia de que “não existe má publicidade”) e que se coloquem ligações aos sítios *online* dessas empresas. Neste artigo é chamada a atenção para a existência de vozes críticas que temem pela credibilidade futura dos blogues. Em simultâneo e em oposição, há também quem considere que caso o *blogger* não identifique que se trata de publicidade ou promoção pagas será facilmente descoberto pelos leitores e o autor sofrerá as devidas represálias pela quebra de confiança.

Nem todos vêem com bons olhos a eliminação total da mediação e a multiplicidade de emissores, cujas consequências negativas passam pela fragmentação do espaço público. Já no meio televisivo, em especial com os canais cabo, temia-se que o “declínio das audiências verdadeiramente de massas (ou seja, nacionais) dos meios de comunicação de massas” (Bennet e Entman, 2001: 13) fosse um dos motivos para a diminuição da partilha de conhecimento social, de interesse e de apoio ao governo, bem como do esbater das identificações políticas comuns.³ Dada a dificuldade de atingir um público tão fragmentado, os autores alertam para a consequente utilização de estratégias de comunicação cada vez mais sofisticadas por profissionais que não são necessariamente guiados pelos ideais da democracia.

A expansão da Internet veio intensificar esta situação, tendo em conta que, também na sua utilização, a argumentação e a persuasão – que são a base da discussão pública – são dificultadas: “quando, em vez de um auditório universal, se prefigura, no rizoma, uma infinidade serial de íntimos auditores, qual o estatuto e em que medida subsiste a persuasão argumentada na comunicação multilateral?” (Cunha, 2004: 112).

A dita fragmentação não implica uma maior variedade de conteúdo, pois consiste em “estilos e tipos semelhantes de materiais a ser dirigidos a diferentes nichos de mercado” (Barber, 2003: 35). Esta preocupação comercial leva a que não haja uma diversificação dos conteúdos, mas sim uma homogeneização dos mesmos sob aparências diferentes,

³ As reflexões de Dominique Wolton (1997) acerca da “Televisão, o elo social”, na sua crítica à apresentação da televisão temática como um progresso, são uma leitura interessante neste âmbito, particularmente no que se refere às consequências da divisão do “grande público”.

ou mesmo iguais, algo que já se havia tornado evidente no rescaldo da privatização da televisão e crescimento da concorrência. Adicionalmente, existe o receio da criação de uma espécie de cacofonia (em que todos falam, mas ninguém ouve) e da tendência para o fenómeno chamado *lost in space* gerado pelo mar de vozes. Apesar de a divagação poder ser uma experiência agradável e conduzir a descobertas interessantes, pode também provocar um sentimento de desorientação ou, nas palavras de Manuel Pinto, uma “indigestão informativa” (1999: 42). Considera-se assim necessário colmatar a inaptidão da Internet em diferenciar a informação por critério de qualidade, com vista a obter da amálgama de informação “conhecimento público útil”.

A pluralidade de emissores levanta ainda a questão da fiabilidade da informação, uma vez que se torna mais difícil descobrir e identificar as fontes de informação (Dahlgren, 2001: 51). Se pensadores como Levy consideram que “os sites da *Web* são produzidos e mantidos por pessoas ou instituições que assinam as suas contribuições e defendem a sua validade perante a comunidade dos internautas” (2002: 266-7), além de funcionar como “uma espécie de opinião pública” na Internet que permite discernir quais os melhores sítios por estes serem os mais indicados ou citados, na realidade nem sempre a identidade do emissor é clara (e ainda em menor grau o são as suas intenções) e isso aplica-se aos sítios e às listas dos mesmos.

Olhemos então agora para a relação entre mais informação e mais conhecimento. A velocidade, quantidade e variedade de formatos aumentaram num contexto em que cada vez mais informação é produzida por cada vez mais pessoas. Liberta dos limites de reprodutibilidade (como os seus custos avultados), a distribuição da informação sofreu grandes alterações. Todavia, é criado um problema “porque é possível ter tanta informação que a capacidade de compreender é prejudicada: o importante não pode ser distinguido do não importante e quantidades demasiado grandes de informação simplesmente não podem ser absorvidas” (Jordan, 1999: 117). Além da questão do excesso de informação, um segundo tipo de sobrecarga consiste numa organização tão caótica desta que impossibilita a sua utilização, tanto à partida, ou seja, onde é encontrada, como depois no seu armazenamento, isto é, na forma como o utilizador a integra no conjunto de informação obtida.

No fundo, mais difusão de informação não significa necessariamente mais compreensão, nem mais conhecimento.⁴ A autonomia na recolha e selecção de informação, a que subjaz a transformação de cada um de nós no seu próprio jornalista e editor, implica um acréscimo de competências necessárias. É necessário saber procurar, seleccionar, parar, avaliar a fiabilidade da informação encontrada, perceber como conjugar as várias fontes para elaborar a dita “montagem” e, por fim, saber como utilizar o produto final para a tarefa que tinha dado início à busca (isto sem falar no domínio do inglês, a primeira língua da Internet). Por este motivo, quando se aborda o tema da

⁴ Considerar a este respeito a pertinência da afirmação do sociólogo português Paquete de Oliveira: “O que está a ser constatado é que à medida que as novas tecnologias têm aumentado a ‘tonelagem’ de informação disponível, o seu tratamento, distribuição e difusão, o grau de conhecimento e domínio dessa ‘nova riqueza’ pelos cidadãos em geral têm diminuído” (1995: 234). Já no que dizia respeito aos meios de comunicação de massas, Tito Cardoso e Cunha referia-se à “incontinência verbal em que esses meios se precipitam e a nós com eles” (Cunha 2002: 147).

educação em relação a este assunto, a expressão “aprender a aprender” surge com cada vez maior frequência. Alguns autores alertam para a carga excessiva de exigência que o aumento do directismo e as tecnologias da informação colocam sobre os cidadãos.⁵

Por outro lado, quando existe uma sobrecarga de informação, a resposta geral traduz-se frequentemente na criação de novas ferramentas tecnológicas, dando origem a novas formas de sobrecarga, o que conduzirá a novas ferramentas. Tim Jordan (1999) caracteriza este processo – que considera ser a estrutura específica do tecnopoder no ciberespaço – como uma “espiral contínua”. Para Jordan, a consequência deste movimento é o aumento do poder de uma elite de peritos tecnológicos, criadora e controladora das condições estruturantes da acção *online*. À medida que o poder dos indivíduos em geral aumenta por terem acesso a meios tecnológicos mais avançados, cresce igualmente o poder dessas elites responsáveis pela sua concepção.

Na verdade, os filtros existem sempre e esse processo de filtragem implica uma qualquer forma de mediação: “A pretensão de que pode não existir nenhuma mediação, de que o discurso é possível numa base totalmente não mediada, gera anarquia em vez de liberdade e sobrecarga de dados em vez de conhecimento” (Barber, 2003: 42). Barber vai mais longe no seu argumento, dado afirmar que não existe a opção por informação que não seja mediada, mas apenas se essa manipulação é ou não legítima.

Conclusão

Neste ensaio procurei evidenciar a forma como uma participação política efectiva exige aos cidadãos um conjunto de competências de uma natureza variada, aqui referidas como constituintes de uma “literacia cívica”. O nível deste tipo de literacia prende-se, entre outros factores, com uma capacidade de análise crítica da informação política veiculada pelos diferentes *media*. Este é o pano de fundo do presente contexto em que as novas tecnologias acenderam debates antigos em torno do papel dos meios de comunicação na formação da opinião pública sobre assuntos políticos. Tal deve-se não só a uma questão de oportunidade (tornando-os assuntos actuais), mas também – e especialmente por isso – à intensificação de problemas-chave como os relacionados com o acesso, a compreensão da informação e a gestão da sua recepção em quantidades avassaladoras.

Reflectindo nestas questões, quais as possíveis soluções para corrigir o défice de literacia cívica e os diferenciais na literacia digital através das acções dos governos? As políticas que apenas estão relacionadas com o aspecto tecnológico poderão não ter qualquer êxito no fomento da cidadania e melhoramento da qualidade da democracia. Na perspectiva de muitos, a tecnologia potencia “tendências já enraizadas na estrutura e instituições sociais” (Castells, 2003: 366) e a principal característica das TIC é a ambiguidade (Frissen, 1999: 147). Logo, focar a atenção apenas na primeira parece ser redutor e pouco frutífero. O alvo de atenção, preocupação e acção deve ser mais abrangente. Tal torna-se evidente se considerarmos que todos os problemas que

⁵ Um exemplo é Sartori ao falar da necessidade de um “hipercidadão” para que a democracia directa funcione (2000: 150), não acreditando em simultâneo que este esteja a surgir.

rodeiam o envolvimento dos cidadãos não são atribuíveis em exclusivo às incapacidades dos *media* e, como tal, não são solucionáveis com a introdução de um novo meio, independentemente de quais as suas capacidades: “Não parece provável que os novos *media* conduzam a um aumento na participação dos cidadãos no sistema político. Não existem nenhuma soluções técnicas ‘simples’ para uma falta de motivação política” (Djik, 1999: 92).

Na sequência da argumentação tecida, as tecnologias da informação não são a resposta rápida para o afastamento dos cidadãos da política:

As pessoas utilizam-na politicamente porque gostam dela e acham-na útil, e não porque a Net transforma de alguma forma uma pessoa num *junkie* político. Uma pessoa “*offline*” que hoje não quer saber de política será amanhã alguém com um computador e uma ligação à Internet que continua a não querer saber de política. Por outras palavras, a Internet não muda as pessoas, simplesmente permite-lhes fazer as mesmas coisas de um modo diferente. (Hill e Hughes, 1998: 44)

Não obstante tornar-se premente uma atenção cuidada em relação aos possíveis problemas que possam estar à nossa frente (dos quais são exemplo a info-exclusão e o conseqüente aumento da desigualdade), bem como aproveitar os eventuais ganhos que possam decorrer da “Democracia Electrónica”, a revitalização da democracia clama também por outros requisitos. Quer se fale da necessidade de “fomento da responsabilidade dos cidadãos”, nas palavras do crítico Jacques Ellul (1992) ou, como diria Amélia Valcárcel (2000), de “um horizonte de coesão de valores, uma ‘religião civil’”, é importante frisar a crucialidade da existência de uma verdadeira cultura de democracia, que não pode ser consolidada perante uma atitude de passividade e alheamento dos cidadãos. Nas palavras de Salvador Giner, sem “o universo da cidadania, das suas convicções e responsabilidades, do seu civismo e da sua fraternidade”, não há democracia (Giner, 2000: 10).

Referências bibliográficas

- Barber, B. (2003) “Which Technology and Which Democracy?”, in Jenkins, H. e Thorburn, D. (eds.) *Democracy and New Media*, Massachusetts: MIT Press, pp. 33-47.
- Bennet, L. W. e Entman, R. M. (2001) “Mediated Politics: An Introduction”, in *Mediated Politics: Communication in the future of democracy*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-29.
- Breton, P. (2000) *Le Culte de l’Internet: Une menace pour le lien social?*, Paris: La Découverte.
- Breton, P. e Proulx, S. (1997 [1989]) *A Explosão da Comunicação*, Lisboa: Bizâncio.
- Cabral, M. V. (1997) *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Castells, M. (2002 [1996]) *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume I – A Sociedade em Rede*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. (2003 [1997]) *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Volume II – O Poder da Identidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cunha, T. C. (2002) *Antropologia e Filosofia. Ensaios em torno de Lévi-Strauss*, Coimbra: Almedina.
- Cunha, T. C. (2004) *Argumentação e Crítica*, Coimbra: Minerva.
- Dahlgren, P. (2001) “The Public Sphere and the Net: Structure, Space and Communication”, in Bennet, L. e Entman, R. (eds.) *Mediated Politics: Communication in the future of democracy*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 33-53.

- Dijk, J. van (1999) *The Network Society*, Londres, Thousand Oaks, Nova Deli: Sage Publications.
- Downs, A. (1957) “An Economic Theory of Political Action in a Democracy”, in *The Journal of Political Economy*, Vol. 65, N.º 2, Abril, pp. 135-50.
- Ellul, J., (1992) “Technology and Democracy”, in Winner, L. (ed.) *Democracy in a Technological Society*, Society for Philosophy and Technology vol. 9, Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, pp. 35-50.
- Everard, J. (2000) *Virtual States: The Internet and the boundaries of the nation-state*, Londres: Routledge.
- Fiorina, M. (1999) “Extreme Voices: A Dark Side of Civic Engagement”, in Skocpol, T. e Fiorina, M. (eds.) *Civic Engagement in American Democracy*, Washington, DC: Brookings, pp. 395-425.
- Frissen, P. (1999 [1997]) “O Estado virtual: Pós-modernização, informatização e administração pública”, in Loader, B. (ed.) *A Política do Ciberespaço: Política, Tecnologia e Reestruturação Global*, Lisboa: Instituto Piaget, pp. 147-64.
- Gandy, O. (2001) “Dividing Practices: Segmentation and Targeting in the Emerging Public Sphere”, in Bennet, L. e Entman, R. (eds.) *Mediated Politics: Communication in the future of democracy*, Cambridge: Cambridge University Press, pp. 141-57.
- Garcia, J. L. e Martins, H. (coord.) (2003) *Dilemas da Civilização Tecnológica*, Estudos e Investigações 28, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Garcia, J. L. (2008) *Os Jornalistas Portugueses. Metamorfoses e encruzilhadas*, Coimbra: Minerva (no prelo).
- Giner, S. (coord.) (2000) *La cultura de la democracia: el futuro*, Barcelona: Editorial Ariel.
- Gomes, K. (2006) “Blogar por um punhado de dólares (ou talvez mais)”, in *Público*, Secção Media, 3 de Setembro, p. 46.
- Graham, G. (1999) *The Internet: A philosophical inquiry*, Londres: Routledge.
- Gunther, R. e Mughan, A. (eds.) (2000) *Democracy and the Media*, Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Habermas, J. (1994 [1962]) *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Hardin, G. (1968) “The Tragedy of Commons”, in *Science*, New Series, Vol. 162, N.º 3859, 13 de Dezembro, pp. 1243-8.
- Hill, K. e Hughes, J. (1998) *Cyberpolitics: Citizen activism in the age of the Internet*, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Jordan, T. (1999) *Cyberpower. The Culture and Politics of Cyberspace and the Internet*, Londres: Routledge.
- Lévy, P. (2002 [1997]) *Cibercultura*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Masterman, L. (1993 [1985]) *La enseñanza de los medios de comunicación*, Madrid: Ediciones de la Torre.
- Millner, H. (2002) *Civic Literacy. How Informed Citizens Make Democracy Work*, Hanover e Londres: University Press of New England.
- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (1995) *Ligar Portugal*, Lisboa: MCTES.
- Observatório da Sociedade da Informação e do Conhecimento (2005) *Dossier Democracia Electrónica. Cidadania e Governo na Sociedade da Informação 2004/2006*, Lisboa: OSIC.
- OCDE (2001) *Citizens as Partners: Information, Consultation and Public Participation in Policy-making*, Paris: OCDE.
- OCDE (2004) *Promise and Problems of E-Democracy. Challenges of Online Citizen Engagement*, Paris: OCDE.
- Oldfield, A. (1998) “Citizenship and Community: Civic Republicanism and the Modern World”, in Shafir, G. (ed.) *The Citizenship Debates. A Reader*, Minneapolis e Londres: University of Minnesota Press, pp.75-89
- Paquete de Oliveira, J. (1995) “A informação vai devorar a comunicação?”, in Lima dos Santos, M. L. (coord.) *Cultura & Economia*. Actas do Colóquio de Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, pp. 233-9.
- Peres Monteiro, N. (1999) *Democracia Electrónica*, Cadernos democráticos 11, Fundação Mário Soares, Lisboa: Gradiva Publicações.
- Pinto, M. (1999) “A formação para o exercício da cidadania”, in Cardoso, G. (org.) *Os Cidadãos e a Sociedade da Informação*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 35-44.
- Reding, V. (2005) “i2010: The European Commission’s new programme to boost competitiveness in the ICT sector”, Intervenção no Fórum Microsoft de Líderes Governamentais da Europa, Praga.
- Riesman, D. (1969 [1950]) *The Lonely Crowd*, New Haven e Londres: Yale University Press.

- Rodotà, S. (1999) “Para uma cidadania electrónica: a democracia e as novas tecnologias da comunicação”, in Cardoso, G. (org.) *Os Cidadãos e a Sociedade da Informação*, Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp. 121-42.
- Sartori, G. (2000 [1997]) *Homo Videns. Televisão e pós-pensamento*, Lisboa: Terramar.
- Schiller, D. (2001 [1999]) *A Globalização e as Novas Tecnologias*, Lisboa: Editorial Presença.
- Splichal, S. (1999) *Public Opinion. Developments and Controversies in the Twentieth Century*, Lanham, Boulder, Nova Iorque e Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Sussman, G. (1997) *Communication, Technology, and Politics in the Information Age*, Thousand Oaks, Londres e Nova Deli: Sage Publications.
- Valcárcel, A. (2000) “Cultura y Democracia”, in Giner, S. (coord.) *La cultura de la democracia: el futuro*, Barcelona: Editorial Ariel, pp. 113-35.
- Vários (1996) *Viver e Trabalhar na Sociedade da Informação: Prioridade à Dimensão Humana – Livro Verde*, Suplemento 3/96 – Boletim da União Europeia, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, Luxemburgo.
- Wolton, D. (1999 [1997]) *Pensar a Comunicação*, Lisboa: Difel.

Normas para apresentação de originais

A revista *Comunicação e Sociedade* está aberta à colaboração de todos os docentes, investigadores e profissionais no âmbito das Ciências e Tecnologias da Comunicação. Os artigos a publicar podem incidir sobre investigações empíricas, revisões de literatura, apresentação de modelos teóricos ou recensões de obras.

Na apresentação dos artigos, os autores deverão seguir as seguintes instruções:

- a) Os originais deverão ser enviados em formato electrónico para: CECS@ics.uminho.pt. No caso de números temáticos, os originais deverão ser enviados para o correio electrónico do respectivo coordenador.
- b) Deverão ser ainda enviadas três cópias em papel para: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga.
- c) Os originais deverão ser dactilografados a dois espaços em folhas brancas normalizadas (tipo A4), letra Times New Roman, 12 pt. Figuras, quadros e desenhos deverão aparecer no fim dos originais, em folhas separadas. Os originais electrónicos deverão ser enviados em Word (ambiente Windows ou Mac). O formato utilizado para gráficos, que devem vir sempre inseridos também no texto Word, é o JPEG ou o TIFF, com uma resolução de pelo menos 300 dpi.
- d) Os originais deverão ser acompanhados de um resumo, máximo 1000 caracteres, em português e inglês. Os originais completos não deverão ultrapassar os 50 000 caracteres (incluindo espaços).
- e) Deverá ser enviada uma página separada do manuscrito, contendo os seguintes elementos: Título do artigo, em português e inglês; Nomes e instituições dos autores; Palavras-chave, em português e inglês (máximo de cinco); Nome e endereço completo (incluindo telefone, fax e *e-mail*) do autor responsável por toda a correspondência relacionada com o manuscrito.
- f) As citações ou referências a autores e obras deverão obedecer ao seguinte padrão: (Berten, 2001); (Winseck & Cuthbert, 1997); (Gudykunst *et al.*, 1996), correspondendo, nas referências bibliográficas apresentadas no final do trabalho, ao seguinte padrão:

Berten, A. (2001) 'A Ética da Discussão: Ideologia ou Utopia?', *Comunicação e Sociedade*, 4: 11-44.

Foucault, M. (1971) *L'Ordre du discours*, Paris: Gallimard.

Winseck, D. & Cuthbert, M. (1997) 'From Communication to Democratic Norms: Reflections on the Normative Dimensions of International Communication Policy' in Sreberny-Mohammadi, A., Winseck, D., McKenna, J. & Boyd-Barrett, O. (eds.) (1997) *Media in a Global Context: A Reader*, London: Arnold, pp. 162-76.

Gudykunst, W., Ting-Toomey, S. & Nishida, T. (eds.) (1996) *Communication in Personal Relationships Across Cultures*, Thousand Oaks, CA: Sage.

- g) Os artigos publicados são da responsabilidade dos respectivos autores.
- h) Os autores receberão as provas (incluindo Quadros e Figuras) para correcção e deverão devolvê-las até 15 dias após a sua recepção.
- i) Os autores terão direito a um exemplar da revista em que os seus trabalhos sejam publicados.
- j) A revista *Comunicação e Sociedade* está aberta a toda a colaboração, não se responsabilizando, contudo, pela publicação de originais não solicitados. Os originais não serão devolvidos, independentemente da sua publicação ou não.
- k) Os originais enviados à revista *Comunicação e Sociedade* serão submetidos a revisão previamente à sua publicação.